

Artigo | Dossiê História Oral: experiências, trajetórias e percursos de pesquisa

Produção e consumo das costuras da sulanca no nordeste brasileiro (décadas de 1950 e 1960): fotografia e história oral

Annahid Burnett, *Universidade Estadual da Paraíba* ✉  

Francisco Fagundes de Paiva Neto, *Universidade Estadual da Paraíba* ✉  

Palavras-chave:

migração; vestes populares; distinções sociais.

Keywords:

migration; popular clothing; social distinctions.

Resumo. Com o processo migratório do Nordeste para o Sudeste, desde o governo Getúlio Vargas (1930-1945), ocorreram formações de redes entre os migrantes, quanto à comunidade nordestina e uma nova tipologia de produção têxtil nomeada popularmente de “Sulanca”. Essas vestimentas incorporaram padrões de uma moda caracterizada por ser um espécime adequado ao trabalho ou a ocasiões excepcionais, como batizados ou casamentos, sendo uma moda dos pobres. A origem dessas vestes ocorreu na década de 1950, tendo como matéria-prima os descartes das indústrias de São Paulo, que retornavam ao nordeste do Brasil nos caminhões relacionados ao processo migratório, especialmente para Pernambuco. A partir da década de 1960, ganhou uma difusão regional em todo o Nordeste, permanecendo até a década de 1990. Consoante à metodologia da história oral e o uso de fotografias, analisamos esse processo de produção e de consumo de vestes no agreste e litoral de espaços nordestinos. A partir de constructos teóricos de sociólogos e historiadores, examinamos as relações de migração, produção têxtil e uma tipologia de vestimentas do agreste e sertão nordestino.

[EN] Production and consumption of sulanca fabrics in the brazilian northeast (1950s and 1960s): photography and oral history

Abstract. With the migration process from the Northeast to the Southeast, since the Getúlio Vargas government (1930-1945), networks were formed among migrants regarding the Northeastern community and a new type of textile production popularly known as “Sulanca.” These garments incorporated fashion patterns characterized as being suitable for work or special occasions, such as baptisms or weddings, and were considered the fashion of the poor. These garments originated in the 1950s, using raw materials discarded by industries in São Paulo, which were returned to the Northeast in trucks associated to the migration process, especially to Pernambuco. From the 1960s onwards, it spread throughout the Northeast, remaining there until the 1990s. Using oral history methodology and photographs, we analyze this process of production and consumption of clothing in the agreste and coastal areas of the Northeast. Based on

	theoretical constructs from sociologists and historians, we analyze the relationships between migration, textile production, and a typology of clothing from the Northeastern agreste and sertão.
Palabras clave migration; vêtements populaires; distinctions sociales.	<p>[FR] Production et consommation de sulanca dans le nord-est brésilien (1950s et 1960s): photographie et histoire orale</p> <p>Résumé. Avec le processus de migration du nord-est vers le sud-est, depuis le gouvernement de Getúlio Vargas (1930-1945), des réseaux se sont formés parmi les migrants, concernant la communauté du nord-est et un nouveau type de production textile connu sous le nom de « Sulanca ». Ces vêtements intégraient des motifs à la mode, considérés comme adaptés au travail ou aux occasions spéciales, telles que les baptêmes ou les mariages, et étaient considérés comme la mode des pauvres. Ces vêtements ont vu le jour dans les années 1950, à partir de matières premières rejetées par les industries de São Paulo, qui étaient renvoyées vers le Nord-Est dans des camions liés au processus de migration, en particulier vers Pernambuco. À partir des années 1960, elle s'est répandue dans tout le Nord-Est, où elle est restée jusqu'aux années 1990. À l'aide de la méthodologie de l'histoire orale et de photographies, nous analysons ce processus de production et de consommation de vêtements dans les zones agrestes et côtières du Nord-Est. Sur la base de concepts théoriques développés par des sociologues et des historiens, nous analysons les relations entre la migration, la production textile et une typologie des vêtements de l'agreste et du sertão du Nord-Est.</p>

Introdução

Apesar da formulação de políticas de industrialização no Brasil de modo mais sistemático na década de 1930, essa dinâmica do capitalismo não ocorreu de maneira homogênea, tampouco com polos voltados para diversos produtos em uma mesma região. Desde a legislação trabalhista originária do governo Vargas (1930–1945), tivemos, por exemplo, o reconhecimento da atividade industrial em áreas majoritárias do Nordeste brasileiro na produção açucareira, pois os trabalhadores do maquinário eram qualificados como operários, enquanto os cortadores de cana eram enquadrados em uma vasta tipologia de trabalhadores rurais. Com isso, destacamos que as regiões mais afastadas dos centros industriais possuíam estímulos produtivos próprios e específicos. Contudo, analisaremos a instância da produção de roupas em uma região periférica destinada a suprir as necessidades locais, sobretudo das populações das pequenas e médias cidades, com áreas significativas de produção

agrícola. Trata-se da produção originária da “sulanca”, em Pernambuco, que ganhou projeção por desenvolver uma tipologia própria de confecção de vestuário, tornando-se reconhecida em um nível regional nas décadas de 1950 e 1960.

Dos modos de vestir e as distinções sociais

As vestimentas carregam consigo, ao longo da história, distinções sociais pautadas por hierarquias de variadas ordens, conforme a temporalidade e os espaços sociais em questão. Essa relação foi abordada por Brandini (2007), que, a partir da contribuição antropológica de Da Matta, analisou as tensões entre os espaços domésticos – sob o controle das hierarquias familiares e os espaços públicos marcados por hierarquias fluidas, múltiplas e conflituosas demonstrando como a moda contemporânea expressa concepções típicas das cidades pós-modernas. Essa moda das ruas diferencia-se das produções glamourizadas consumidas pelas classes abastadas, afirmando contradições e discursos simbólicos nos corpos em trânsito nas metrópoles.

Ao analisar as relações sociais na moda, Setton (2008) refletiu sobre a produção de vestimentas e a constituição dos *habitus*, evidenciando a dialogia entre indivíduos e sociedade no que tange às distinções sociais. Esse processo concretiza-se nas práticas culturais, seja pelas condições de integração entre grupos e classes, seja pelas diferenciações presentes nas fronteiras da legitimidade e da ilegitimidade cultural no espaço social. Além disso, permitiu compreender as dinâmicas de legitimação e classificação entre tradição e modernidade no processo histórico.

Essas referências prévias fundamentam as reflexões sobre o contexto do surgimento da “sulanca” no Agreste pernambucano – região estratégica, situada entre o litoral e o sertão –, compreendendo-a como um embrião de uma modalidade regional de costura, inserida no histórico de migrações do Nordeste brasileiro.

O caso da produção de confecções no agreste pernambucano

A produção de sulanca – como ainda hoje é denominado o produto confeccionado nessa região – foi iniciada na década de 1950, durante as severas estiagens que assolaram o Nordeste, tornando o êxodo rural um fenômeno compulsório em áreas sem reservas de água ou alimentos. Na época, a indústria têxtil do Recife-PE estava em expansão, e os resíduos de sua produção e os retalhos descartados pelas confecções da capital paulista eram reaproveitados pelas famílias de pequenos sítios na região de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Nessa parte do Agreste, as costureiras uniam esses retalhos, criando peças de vestuário rústicas para comercializar nas feiras livres, que funcionavam como os principais mercados locais (Burnett, 2013a; Burnett, 2014a). Por motivações linguísticas próprias ou como uma categoria nativa de etimologia imprecisa, consolidou-se o termo “sulanca”, socialmente compartilhado entre os agentes históricos envolvidos em sua produção, distribuição e consumo. A palavra designava um tipo de vestuário distintivo das classes populares, marcando sua identidade no cenário da moda regional. Referindo-se ao corte cronológico, que estamos abordando, Alário (2007) destacou:

No período que se estende da década de cinquenta até o final dos anosnoitenta, houve transformações em setores sócio-econômicos-culturais distintos, porém convergentes que culminaram com a implantação da indústria da Moda no Brasil. Primeiramente, apontamos a consolidação das indústrias têxteis (através das multinacionais de fibras sintéticas) e de confecções brasileiras como determinantes de uma base material sobre a qual a indústria da Moda pôde se implantar (Alário, 2007, p.14).

Em uma avaliação sobre o desenvolvimento dessa atividade têxtil no Nordeste, destaca-se que a produção da sulanca servia como fonte de renda para os sitiantes, garantindo a sua reprodução social nos termos de Marx (2013). Tratava-se de um trabalho têxtil semiartesanal que estimulava a obtenção de renda em um contexto de escassez. Conforme refletiu Marx (2013), independentemente da forma social que o processo produtivo assumia, essa

dinâmica deve ser contínua ou passar, periodicamente, pelas mesmas fases. Uma sociedade não pode deixar de produzir, tampouco de consumir. Quando analisado não de forma isolada, mas como parte de um ciclo de renovação incessante, todo processo de produção social é, simultaneamente, um processo de reprodução.

A produção da sulanca destinava-se, inicialmente, a um mercado local, no qual as costureiras recebiam em suas casas os retalhos descartados pela indústria têxtil de Recife e, posteriormente, pelas grandes fábricas paulistas. Esse processo de confecção assemelhava-se a uma bricolagem têxtil, utilizando fragmentos de tecidos tão diversos que precisavam ser adaptados para atender a um padrão minimamente aceitável de consumo – especialmente no que dizia respeito às mudas (peças de roupa) para homens, mulheres e jovens.

A composição dessas vestimentas era, profundamente, influenciada por um *habitus* religioso conservador, moldado pelo catolicismo rígido pregado por missionários como Frei Damião (Oliveira, 1997). Desde a década de 1930, esse frade itinerante reforçou os princípios de uma moralidade católica tradicional, alinhada ao movimento de Romanização da Igreja. Mesmo após o Concílio Vaticano II (1962-1965), suas pregações mantiveram um tom combativo contra o que considerava “imoralidades” da cultura secularizante e do avanço comunista.

No contexto do vestuário, as pregações de Frei Damião rejeitavam, categoricamente, as tendências modernizantes da moda dos anos 1960, – incluindo decotes pronunciados, tecidos translúcidos e minissaias enfatizando entre a população rural, a importância de trajes “componíveis” (vestimentas recatadas). Essa normatização religiosa exerceu influência decisiva na conformação estética da produção sulanca, que, embora destinada às camadas populares, observava, escrupulosamente, os parâmetros morais então vigentes.

Nesse período, os migrantes nordestinos que se deslocavam para São Paulo em busca de oportunidades laborais passaram a identificar, em determinados bairros da capital paulista, os excedentes da pujante indústria têxtil local. Esses materiais começaram, então, a ser remetidos para Santa Cruz do Capibaribe, complementando, assim, o suprimento de insumos para as artesãs

locais. Importa salientar que os retalhos provenientes de São Paulo diferiam, significativamente, daqueles originários do Recife: enquanto estes últimos consistiam predominantemente em algodãozinho – material mais adequado ao processo manual de costura –, os primeiros eram compostos por tecidos sintéticos, os quais demandavam maior sofisticação tecnológica no manejo.

Essa mudança na matéria-prima acarretou transformações substanciais no processo produtivo: tornou-se necessária a aquisição de máquinas *overlock* semi-industriais para o adequado processamento dos tecidos sintéticos. Essa modernização implicou, por sua vez, um processo de desruralização, uma vez que o funcionamento desses equipamentos dependia de energia elétrica infraestrutura, até então disponível apenas na zona urbana do município (Burnett, 2013b, 2013c, 2014c).

Nesse contexto histórico, observa-se a emergência de uma clara distinção entre as oficinas domésticas urbanas e rurais no que concerne aos modos de produção e consumo. Especificamente, constata-se um processo de diferenciação qualitativa na confecção de vestuário: as peças produzidas com tecidos de melhor qualidade – originários das indústrias do Sul do país – contrastavam, nitidamente, com as roupas confeccionadas de maneira mais rústica, utilizando materiais menos elaborados.

Essa assimetria produtiva reflete, em última instância, as relações de dominação entre os agentes sociais envolvidos, configurando-se como expressão concreta da luta de classes no âmbito da produção têxtil – onde costureiras urbanas e rurais ocupavam posições desiguais no espaço social. A vantagem competitiva das áreas urbanas (já eletrificadas) sobre as regiões periféricas e ermas tornou-se evidente nesse processo. Como salienta Bourdieu (2004, p. 154), o acesso diferenciado aos elementos de produção – melhores insumos, maquinários mais avançados e conhecimentos técnicos especializados – confere aos detentores desses recursos o que o autor denomina de “poder mágico do criador”, estabelecendo, assim, hierarquias simbólicas no campo da produção cultural.

A consolidação e o desenvolvimento dessa produção regional de confecções constituíram processos profundamente relacionais, articulando três práticas socioeconômicas emblemáticas do semiárido nordestino: as feiras livres como espaços centrais de circulação e comercialização; o trabalho familiar em unidades produtivas domiciliares, que reproduzia, no âmbito têxtil, a lógica cultural da produção agropastoril; e, por fim, a migração sazonal como estratégia histórica de reprodução social.

O padrão estético da “sulanca” tornou-se, imediatamente, reconhecível tanto nas feiras regionais quanto nos centros urbanos maiores, configurando-se como uma verdadeira “grife informal das classes populares” que demarcava simultaneamente identidade regional e de classe. Contudo, o termo acabou adquirindo conotações pejorativas, designando não apenas um estilo específico, mas, sobretudo, um marcador social que estereotipava seus usuários como subalternos. Essa percepção negativa decorria de critérios estéticos de roupas consideradas de design inferior e corte imperfeito, cuja comercialização era feita exclusivamente em feiras livres. Além disso, por demonstrar hierarquias materiais (embora superior às produções totalmente artesanais das áreas sem eletrificação), a produção da “sulanca” permanecia aquém dos padrões industriais.

Do ponto de vista logístico, os transportadores (geralmente proprietários de caminhões) desempenharam papel crucial nesse circuito econômico, maximizando seus lucros por meio do transporte bidirecional: levavam produtos agrícolas para o Sudeste e retornavam com os retalhos têxteis que alimentariam a produção local. Esse mecanismo ilustra como a sulanca inseria-se em cadeias produtivas mais amplas, articulando o rural e o urbano, o local e o nacional. Conforme Bourdieu (1989):

As propriedades actuanes, tidas em consideração como princípios do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos. O capital – que pode existir no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento), e mais precisamente,

sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e ganhos [...] (Bourdieu, 1989, p. 134).

As vestimentas utilizadas por camponeses e proletários nordestinos – particularmente, as peças da sulanca – constituíam marcadores sociais que os distinguiam em múltiplas dimensões (social, cultural e econômica) de outros estratos, como a classe média urbana e a burguesia. Essa produção têxtil regional atendia a um mercado interno popular caracterizado por três atributos fundamentais: a) funcionalidade cotidiana – adaptavam-se tanto às exigências do mundo do trabalho quanto às ocasiões familiares e religiosas, sem gerar constrangimentos sociais; b) versatilidade ritual – transitavam, harmoniosamente, entre o uso diário e as celebrações de fim/início de ano (festas natalinas, São João, réveillon); e acessibilidade simbólica – a sua estética não-ostentatória correspondia ao *habitus* das classes trabalhadoras rurais e urbanas. Analiticamente, a sulanca configurava o que poderíamos denominar de “vestuário da normalidade popular” – peças que materializavam no tecido social: a) As restrições materiais de seu público-alvo; b) os códigos de decoro vigentes nas comunidades rurais; e a economia moral do Nordeste semiárido. Essa dupla inserção (cotidiano/festa) revela como a moda popular operava simultaneamente como: indumentária prática (adequada às necessidades laborais); vestuário ritual (suficientemente digno para celebrações); e marcador identitário de pertencimento de classe. Refletindo sobre a dinâmica relacional dos gostos e das distinções sociais, Alves (2008) salientou:

O gosto ou as preferências manifestadas através das práticas de consumo é, então, o produto dos condicionamentos associados a uma classe ou fração de classe. Tais preferências têm o poder de unir todos aqueles que são o produto de condições objetivas parecidas, distinguindo-os todavia de todos aqueles que, estando fora do campo socialmente instituído das semelhanças, propagam diferenças inevitáveis. O gosto, dirá Bourdieu, é a aversão, é a intolerância às preferências dos outros (Alves, 2008, p. 3).

Por essa razão, as vestes guardam em si conceitos. As roupas da Sulanca eram para situações relacionais ordinárias. Tais vestimentas não eram roupas para se “amostrar” segundo os padrões urbanizados e copiados de modas estrangeiras mais comuns aos bailinhos cosmopolitas de Recife, frequentados pelas classes médias e pelos mais ricos. Para os rurícolas e os trabalhadores urbanos das pequenas e médias cidades de forte tradição agrária, essas imagens só eram figuradas pela imaginação dos cenários dos músicos ou pela assistência coletiva aos programas de TV nas casas dos “ricos” (muitas vezes os equipamentos eram colocados junto a uma janela em um móvel), enquanto do alpendre os trabalhadores reunidos assistiam aos programas ou nos totens de cimento com aparelhos de televisão em algumas praças ou nos pontos centrais das cidades.

As distinções salariais acentuaram o caráter das roupas da Sulanca, quanto ao senso prático multiuso para os compradores. As classes abastadas e médias usavam padrões de vestimentas para momentos específicos, ao passo que as vestimentas da Sulanca possuíam maior diversidade de usos. Não era tão ordinária para ser estragada em serviços, tampouco tão simplória para não se frequentar um templo religioso, bem como outros eventos sociais. Os ganhos parcos não permitiam guarda-roupas ou baús com tantas peças, pois muitas vezes também eram socializadas entre os parentes ou vizinhos, quando já não se ajustavam ao tamanho. Em geral, o desgaste cotidiano das peças de roupa as retirava da classificação tácita de ser aceita em usos sociais, deixando de ser adequadas “para sair”, passando para outra classificação: a de “usar em casa”. Por fim, seriam reutilizadas como trapos para limpeza ou usos afins.

O circuito local das feiras livres foi ampliado pelos *sulanqueiros* (os produtores ou distribuidores), que levaram as roupas para serem vendidas em outras regiões. Essa produção familiar ganhou os caminhos das feiras entre os estados de Pernambuco, de onde irradiava, com a chegada da matéria-prima (os retalhos), a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia e Ceará. A difusão ocorreu em virtude de compras pontuais de lotes de roupas por revendedores, cuja inserção na dinâmica das feiras estava ligada à distribuição de produtos

primários ou de fábricas alimentares regionais, enquanto adquiriram as roupas por uma “experiência” de venda a partir de encomendas previamente feitas.

As redes de parentesco e amizade, por meio das migrações para o Sudeste, alimentaram essa atividade e o sucesso produtivo do empreendimento atraiu agentes sociais exógenos ao processo pioneiro. Assim, os precursores dessa história constituíram o poder político e econômico da região, tendo uma articulação ao nível nacional (Burnett, 2013b; 2013c; 2014c; 2016).

Desvelando os caminhos da Sulanca

As memórias sobre a migração de nordestinos para o Sudeste do Brasil são objeto de estudos clássicos da historiografia brasileira (Vilaça, 1969; Villa, 2017). As pesquisas históricas referentes ao processo migratório refletem uma acentuação dessa sangria populacional a partir do movimento de 1930, mas se prolongou por décadas posteriores, devido à recorrência das secas e às possibilidades de ingresso em profissões mais promissoras no Sudeste, especialmente.

Como metodologia, recorreremos a estratégias de pesquisa baseadas centralmente na história oral de vida e em fotografias dos agentes sociais que compõem esse complexo produtivo/comercial. A partir de entrevistas semiestruturadas, foi possível identificar os valores inerentes aos espaços sociais em que vivem tais agentes. Aspectos importantes da comunidade, tais como os comportamentos, os valores e os costumes podem ser detectados por meio da história de cada protagonista. Por intermédio das fotografias, conseguimos revelar registros do cotidiano produtivo e distributivo das roupas da Sulanca, os quais expõem processos de relações sociais e hierarquias, segundo os campos em que as vestimentas se inserem no espaço social. A história oral é um recurso metodológico moderno utilizado na elaboração de documentos sobre a experiência social de indivíduos e grupos (Bom Meihy, 2005). A história oral de vida corresponde à narrativa da trajetória integral de uma pessoa, e suas aplicações têm permitido compreender a sociedade a partir de dimensões íntimas

e pessoais. Conforme Thompson (2000), o sujeito social dispõe de maior liberdade para reconstituir sua experiência pessoal nesse método, já que as perguntas atuam apenas como guias, formuladas de maneira ampla, de modo a privilegiar a espontaneidade do relato.

Para conduzir as entrevistas das histórias orais de vida dos protagonistas da Sulanca, adotamos uma estrutura de “linha do tempo”. A abordagem permitiu aos entrevistados rememorar tanto as histórias de vida de seus ancestrais no sítio e os saberes herdados quanto seu próprio envolvimento com a Sulanca. Ressalta-se, porém, que a historicização proposta por essa linha do tempo não visa a uma linearidade rigorosa, mas a reconstituir trajetórias coletivas e as inserções desses agentes no processo social (Bourdieu, 2007).

A realização de entrevistas com os pioneiros da Feira da Sulanca foi uma ferramenta fundamental para esclarecer aspectos históricos da consolidação de um mercado regional têxtil, que surgiu como alternativa às vulnerabilidades impostas pelas condições climáticas adversas à agricultura. Quanto às fotografias, devemos considerá-las fontes imprescindíveis à pesquisa, por constituírem registros de um passado que já não existe, mas cuja permanência persiste como fragmento(s) passível(is) de articulação com outras fontes pertinentes ao esforço de análise histórica. Os agentes histórico-sociais envolvidos, os eventos capturados, a intenção do fotógrafo, o contexto e as relações entre o visível e o oculto são aspectos cruciais para desvelar experiências sociais no âmbito das ciências históricas, mediante o trabalho interpretativo do historiador. Essa abordagem de pesquisa pode revelar-se profícua a partir de um ponto de saturação analítica, alcançado pelo cruzamento do maior número possível de fontes – percepção esta que emerge tanto pela imaginação histórica do pesquisador quanto por uma espécie de *Historical Blues*, em uma analogia ao “Antropological Blues”, proposto por Da Matta (1978). Conforme Carvalho (2002): “Assim, os atributos técnicos e formais da imagem fotográfica assumem um papel relevante no entendimento de questões ligadas à noção de natureza, cidade, progresso, modernidade, infância, indivíduo, identidade, apenas para citar aqueles temas mais recorrentes” (Carvalho, *et al.*, 2002, p. 11).

As perspectivas metodológicas mais recentes articulam relações analíticas que buscam investigar o processo histórico por meio de imagens de comunidades e sociedades, aprofundando reflexões sobre o tempo presente a partir dos vestígios do passado. Essa análise foca nos espectros de ação dos diversos agentes diante das estruturas, considerando as ambiências e os campos sociais que ocupam – com homologias e tensões, tanto internas quanto externas. Ao abordar as dinâmicas sociais relacionadas aos modos de vestir, às fotografias e às entrevistas, Dill (2009) refletiu:

Através dela e da fala dos colaboradores teve-se informações de objetos, indumentária, desenvolvimento urbano, habitação, transporte, costumes domésticos e mecanismos de difusão cultural da moda [...] Através da fotografia, o imaginário se desloca para determinada época e recria um momento histórico daquela cultura que poderia ser mediadora das relações humanas com a sociedade, expressa pelas roupas que vestem os personagens fotografados (Dill, 2009, p. 11).

As percepções de agentes sociais originários do Nordeste brasileiro, ao analisarem fotografias relacionadas ao tema em estudo, podem remeter a parentes ou a indivíduos com os quais mantiveram vínculos. Conforme a compreensão de Crane (2006):

As roupas, como artefatos, 'criam' comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas afirmem identidades sociais latentes. [...] Nas sociedades contemporâneas 'fragmentadas', as distinções de classe são importantes no local de trabalho; fora dele, porém, elas se baseiam em critérios significativos para os diferentes grupos sociais em que se originam, mas não necessariamente para os membros de outros grupos (Crane, 2006, p. 22-23).

No que se refere a uma questão do nosso estudo, realizamos entrevistas referentes à emergência da feira da Sulanca como um processo social no qual as idas e vindas dentro da lógica do fazer dinheiro tinham como corolário o transporte de produtos nordestinos e de pessoas a São Paulo, enquanto o retorno foi pautado por um tipo de comércio pouco usual, o de trazer restos da

produção têxtil paulista para reaproveitamento nas casas das costureiras do agreste pernambucano. Conforme uma entrevista concedida:

No começo não era sulanca, não, era mulambo. Eu nasci no sítio Caldeirão, município de Brejo da Madre de Deus. Fui criado com 13 irmão, era um sítio da família [...] Eu vim pra Santa Cruz trabalhar de ajudante de caminhoneiro. Fiquei viajando pra São Paulo, ia e voltava em cima do caminhão. O dono do caminhão comprava aguardente ruim pra vender em São Paulo e pegava 10, 12 passageiro pra fazer a viagem, em 1954. Levava 15, 20 saco de aguardente pra vender lá e completava com passageiro (Marques, 2013a).

Figura 1 – Caminhão com carga e passageiros. Conforme o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, essa carga era de algodão, para ser levada para as fábricas de linha no Recife. Data desconhecida, mas muito provavelmente da década de 1950.



Fonte: Arquivos pessoais do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe.

Em sua narrativa, o entrevistado destacou a transição entre a vida rural e o trabalho agrícola para novas possibilidades econômicas na região, marcada pela mudança profissional de agricultor a ajudante de caminhoneiro. A sua descrição revelou o surgimento de um modal de transporte caracteristicamente nordestino, vinculado à família dos chamados “paus-de-arara” ou “mistos” (grafados tradicionalmente como “mixtos”). Esses veículos passaram por adaptações estruturais para o transporte simultâneo de passageiros e cargas, permitindo, na viagem de retorno, trazer insumos de São Paulo para o polo têxtil do Agreste pernambucano.

O entrevistado ressaltou o papel desempenhado pelos caminhoneiros como agentes de conexão entre regiões, transportando produtos e passageiros

rumo à “terra prometida” – São Paulo. A imagem analisada evidencia a difusão desses veículos e de seus condutores (motoristas e ajudantes). A fotografia revela, ainda, a intencionalidade do proprietário em eternizar: o seu pioneirismo; o seu vínculo com atividades comerciais; e a sua relação privilegiada com a metrópole paulista – demonstrando, assim, a sua capacidade de transitar entre dois universos sociais distintos, tanto no plano econômico quanto no cultural. Para Mauad (1996):

Tal perspectiva remete ao circuito social da fotografia nos diferentes períodos de sua história, incluindo-se, nesta categoria, todo o processo de produção, circulação e consumo das imagens fotográficas. Só assim será possível restabelecer as condições de emissão e recepção da mensagem fotográfica, bem como as tensões sociais que envolveram a sua elaboração. Desta maneira, texto e contexto estarão contemplados (Mauad, 1996, p.80).

A próxima pergunta da entrevista versou sobre os novos veículos e produtos envolvidos nas transações, ao que o narrador respondeu:

Colocava as garrafa dentro dos saco e costurava. Os primeiro ônibus daqui pra São Paulo foi a chocadera de Loro da Princesa do Agreste. Quando chegava em São Paulo vendia aquelas garrafa e os passageiro ia s’imbora com as famia. Aí a gente ia na transportadora Estrela do Norte, tinha a Estrela na lona, pegava a cairga de empresa, caixaria, pra voltar. Depois a gente começou a carregar mulambo, já nos ano 60. Aí começaram a se juntar aqui em Santa Cruz, fretava o carro: ‘Vamo carregar’ [...] Aí a gente dizia: ‘Vamo carregar amanhã’, aí saía catando as encomenda pelas rua do Brás, quando findava de carregar, o caminhão vinha s’imbora e eu vinha em cima da cairga (Marques, 2013a).

A narrativa do entrevistado evidencia uma ascensão profissional no setor de transportes: de ajudante a motorista de caminhão. Além disso, o depoimento traz uma contribuição fundamental para nossa pesquisa ao revelar como se estruturou o fornecimento dos tecidos que originaram um novo padrão na moda regional. Esse processo teve início com a comercialização de retalhos provenientes das fábricas têxteis do Brás, distrito industrial da capital paulista.

Figura 2 – Voltando de São Paulo. Data desconhecida. Supostamente esta fotografia foi tirada na década de 1960.



Fonte: Arquivos do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco.

A fotografia captura o momento do retorno do caminhoneiro que, após descarregar mercadorias e passageiros em São Paulo, reinicia a viagem com a sua carga meticulosamente organizada – os preciosos fragmentos de tecido para distribuição. Destaca-se o impecável estado de conservação do veículo, que, certamente, funcionava como propaganda informal entre os potenciais migrantes da região. O motorista apresenta-se vestido com esmero, os seus óculos de sol acrescentando um toque de distinção – uma apropriação consciente da imagem do “capitão da indústria”, adaptada tanto à sua função quanto ao contexto regional. Essa nova condição profissional do nosso narrador revela-se, claramente, na sequência:

A gente saía de casa cinco hora da manhã pra ir pro roçado lá perto de Pocinho. [...] Chegava em casa seis, sete hora da noite. Hoje todo mundo é rico. Nem tinha quilo de carne de porco, nem de bode [...] Os rico comprava um carro novo no Recife, quando chegava aqui cortava a cabina pra botar uma cabina de madeira que era pro chofer desse lado aqui dele colocar uma namorada. Se não tivesse uma namorada não era chofer [...] No meu tempo que eu comecei a trabaiar de ajudante de caminhão.... mai, os primeiro chofer, eu queria que você visse as cara dos chofer. Tinha um tal de Butija, dançador, cheio do dinheiro, dirigindo um caminhão novo... namorava moça bonita, nera moça feia não (Marques, 2013a).

O relato do entrevistado evidencia uma transição social: de trabalhador rural habituado às atividades agrícolas e à criação de animais –

realidade comum no Agreste – para a condição de motorista de caminhão. Contudo, o fenômeno migratório e o investimento de proprietários de terras no setor de transportes deram origem a uma nova profissão, denominada localmente como “chofer”. Essa figura representou uma profunda distinção social porque, nesse contexto de modernização, os motoristas passaram a “se amostrar” (expressão ainda corrente na região, como resquício do português arcaico, com o sentido de exibir-se para cortejar). Curiosamente, mesmo indivíduos de origem humilde podiam ascender a uma condição social privilegiada, integrando-se ao grupo dos homens cobiçados pelas moças locais.

Figura 3: Caminhão, carga, chofer e ajudante. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, este era o caminhão do senhor Pedro Gordo, da família Neves de Caraúbas, com uma carga de sacas de carvão para ser vendida no Recife. Os tambores serviam para trazer combustíveis: querosene, diesel ou gasolina de volta para Santa Cruz. Data desconhecida, mas supostamente da década de 1960.



Fonte: arquivos do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco.

As viagens nos caminhões pareciam ressignificar antigas narrativas de deslocamento rumo ao desconhecido – uma terra de diversidade linguística, economia mais dinâmica e espaço privilegiado para trocas culturais entre os agentes, mediadas por esses condutores. As estradas precárias exigiam rotas alternativas e vicinais, criando verdadeiros circuitos paralelos de circulação. Nesse contexto, a cadeia produtiva da Sulanca representava um fascinante vetor de ascensão social, transcendendo os limites da economia de subsistência agrícola tradicional.

O relato elucidou as origens do intercâmbio com São Paulo: as viagens de trabalhadores que já possuíam redes sociais consolidadas no Brás e o transporte de aguardente - produto de consumo tradicional da população nordestina de baixa renda. Destacou-se ainda a articulação entre relações produtivas e práticas costumeiras, onde a produção e o consumo eram mediados por dinâmicas de parentesco e vizinhança, completamente alheias à lógica monetária ou a sistemas de mensuração padronizados. Configurava-se uma forma de consórcio comunitário, com participantes alternando-se na produção e fornecimento de alimentos ao grupo. Tais arranjos, desprovidos de qualquer lógica de lucro, visavam exclusivamente à segurança alimentar das famílias - um costume rural transplantado para o espaço urbano, regido por códigos de solidariedade e hospitalidade familiar. Essas relações exemplificam o que Polanyi (2000, p. 60) conceituou como “coesão social”, posteriormente desarticulada, segundo o autor, pela expansão da economia de mercado.

No caso específico da Sulanca, observou-se a transição gradual de uma economia de subsistência para modalidades mercantis, com a troca de produtos locais (majoritariamente rurais) por matéria-prima, posteriormente transformada em manufaturados e comercializada nas feiras regionais. A economia “matuta” transformou-se num processo histórico dilatado, em verdadeira economia de mercado, em que o lucro assumiu crescente centralidade, culminando na emergência do que Burnett (2014b) denominou “pequena burguesia sulanqueira” - grupo de origem rural que hoje detém o controle tanto do comércio quanto do poder político em Santa Cruz do Capibaribe.

Outra narrativa muito importante para o entendimento do desenvolvimento da produção de confecções no semiárido é o de dona Gersina:

Eu vim pra Santa Cruz no ano de 55. Eu nasci em 1943 no sítio Caldeirão, município de Brejo da Madre de Deus, com 10 irmãos [...] Desde o ano de 55 que eu moro nesta casa. Tinha uma venda nesta casa, uma bodega. Meu pai negociava, trazia café de Taquaritinga pra vender aqui [...] A feira sempre foi toda vida aqui nessa rua, pra lá é a matriz (Marques, 2013b).

Figura 4 - As bodegas de Santa Cruz do Capibaribe: A “Bodega de Zé Vicente”.
Data desconhecida, provável da década de 1940.



Fonte: Arquivos do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe.

A bodega descrita no depoimento representava, emblematicamente, o cenário socioeconômico de Santa Cruz do Capibaribe – uma unidade doméstica rural transposta para o espaço urbano. A família residia nos cômodos posteriores ao armazém e ao quintal, onde, frequentemente, instalava-se um alambique para a produção de cachaça, comercializada no estabelecimento. Não havia demarcação entre os espaços doméstico e produtivo, característica que se perpetuou na posterior produção domiciliar da Sulanca.

A narradora enfatizou a dinâmica peculiar do espaço urbano no qual se realizava a feira, destacando a sua capacidade de incorporar novos produtos conforme a evolução comercial, incluindo artigos provenientes de outros mercados regionais. Como anteriormente mencionado por Inácio Marques, os retalhos coletados no Brás (bairro industrial paulistano) eram transportados e distribuídos na praça, adquirindo nova utilidade nas mãos hábeis das costureiras do Agreste, que os transformavam em vestuário para trabalhadores rurais e urbanos. Gersina Marques, em seu relato, reconstituiu essas práticas comerciais e produtivas:

A sulanca começou ali na rua do Pátio [...] Eu comecei a costurar numa maquinazinha de pé, não era a motor [...] Daí arrumei outra pessoa pra costurar. Comprava retalho por quilo. Ia pra feira, com as trouxas na cabeça, era, levava [...] A pessoa saía daqui de noite, de madrugada. Ia prali vender, quando chegava lá botava o pano no chão. Cinco hora da manhã tava dentro de casa com o dinheiro no bolso (Marques, 2013b).

Figura 5 – Início da Feira da Sulanca. Foto dos anos 1960, segundo o professor Arnaldo Vitorino.



Fonte: Arquivo pessoal do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe.

O conhecimento técnico acumulado pelas costureiras do Agreste pernambucano possibilitou o surgimento de uma nova especialização regional: a constituição de um entreposto têxtil, cuja função era vestir populações não apenas locais, mas também de áreas circunvizinhas. As peças eram comercializadas, diretamente, nas ruas, nas quais os meio fios, frequentemente, serviam de assento para vendedores e vendedoras - como documenta a fotografia mencionada. Essa dinâmica conferiu à Sulanca o caráter distintivo de uma grife popular informal. Para Kossoy (2001): “Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho” (Kossoy, 2001, p. 50).

Se, anteriormente, os caminhões faziam o trajeto Pernambuco – São Paulo para obtenção da matéria-prima, temos agora um período em que o agreste pernambucano passou a ser um fornecedor de peças de roupas para as cercanias. Sobre os primórdios da feira da Sulanca e o surgimento dessa grife popular e regional, a narradora destacou:

Nunca parou de vim retalho do Recife, tinha umas aparta quadrada, retalho bom, fazia vestido, saia, fazia tudo, emendava os retalhos. Depois eu comecei a comprar o brim de Lourinaldo e fazer short. Quando nós chegava na feira o povo já tava esperando, todo mundo. Eu já saí daqui até uma hora da madrugada (Marques, 2013b).

Figura 6 – Foto da feira de retalhos. Conforme o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta foto foi tirada nos anos 1970, próximo à prefeitura, mostrando a loja de Seu João Coloia.



Fonte: Arquivos do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe.

A narradora rememorou períodos em que novos tecidos foram popularizando-se para a composição da moda e de uma identidade de classe. Destacou, inclusive, o tipo de saponáceo empregado para tratar os tecidos para que tivessem uma apresentação aceitável para a venda. Frisou que a demanda pelas roupas da Sulanca em determinados momentos fez com que a permanência na feira se prolongasse pela madrugada. E o movimento frenético de compradores foi, ao longo do tempo, ganhando maior vigor, exigindo transformações urbanas, que, diante do nosso corte temporal e analítico, não contemplaremos neste momento. A protagonista do depoimento pertence ao grupo dos pioneiros da Sulanca e a casa antiga, a qual abrigava a bodega, hoje, transformou-se em uma casa moderna de dois pavimentos com pergolado e todos os apetrechos do conforto arquitetônico, refletindo a nova condição econômica e a mobilidade social dos moradores. A família de origem rural e pobre integra hoje a “pequena burguesia sulanqueira” (Burnett, 2014b; Burnett, 2016).

Segundo a análise de Polanyi (2000, p. 60), essa metamorfose da economia anterior para o “sistema auto regulável de mercados” foi mais completa do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. Segundo o autor, “a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias”. Essa

“desarticulação” causada por tal “transformação” desorganiza as relações humanas e aniquila o seu *habitat*. As rendas passam a derivar da venda de alguma coisa e, sendo assim, devem ser vistas como resultantes dessa transação monetária.

No contexto da desverticalização produtiva que emergiu no Brasil a partir dos anos 1990 – particularmente, nas regiões Sudeste e Sul – observamos transformações significativas no padrão produtivo dos costureiros. Esses profissionais passaram a atuar tanto no regime de terceirização, atendendo encomendas de grandes empresas, quanto na produção direta para o comércio popular das periferias urbanas, representado pelas conhecidas lojas de “quinze ou vinte reais” (denominação popular que remete ao baixo custo das peças). Esse novo arranjo produtivo ganhou especial relevância no Agreste pernambucano por meio do sistema de facções (Fagundes *et al.*, 2023). Embora os tempos tenham mudado, a Sulanca mantém-se na memória social como paradigma do vestuário popular, funcionando como marcador das distinções sociais e das hierarquias características do Nordeste brasileiro.

Figura 7: Foto de um comercial referente a um fretante e distribuidor de entregas alocado na cidade de São Gonçalo do Amarante, grande Natal. Em 2024, ocorre a permanência da Sulanca na distribuição da produção originária do agreste pernambucano, embora a tônica seja atualmente desenvolvida pelo trabalho dos faccionistas.



Fonte: Acervo dos autores.

Considerações finais

Diante das realidades climáticas, socioeconômicas e migratórias do semiárido, os agentes histórico-sociais do Agreste foram capazes de desenvolver uma atividade produtiva para garantir sua reprodução social, a partir das práticas socioeconômicas, dos costumes produtivos da região e também dos costumes migratórios. Isso configurou um tipo de desenvolvimento endógeno, caracterizado e relacionado aos valores e experiências locais.

Essa atividade evoluiu com sucesso até os dias atuais, assegurando a manutenção do núcleo familiar e criando uma economia regional pujante, que atraiu agentes sociais de outras localidades, possibilitou o retorno de egressos, evitou o êxodo rural e driblou o “fantasma” da seca cíclica – que inviabilizou a atividade agropastoril histórica, mas permitiu uma reconfiguração produtiva. Dessa forma, garantiu-se a permanência no território, a partir de relações telúricas e econômicas.

Referências

ALÁRIO, Mônica Agda de Souza. *Os estilistas e a produção da moda*. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 179-184, 2008.

BRANDINI, Valéria. Vestindo a rua: moda, comunicação & metrópole. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo, v. 1, p. 23-33, 2007.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2004. cap. 5, p. 115-190.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2007.

BURNETT, Annahid. O debate sobre dependência, marginalidade e informalidade: para uma perspectiva de abordagem do fenômeno *Sulanca*. *Revista Em Debate*, n. 9, p. 140-161, 2013a.

BURNETT, Annahid. A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 3, n. 2, p. 9-40, 2013b.

BURNETT, Annahid. Vozes da Sulanca: a história oral sobre a instituição da feira da Sulanca no agreste de Pernambuco. *Revista Oralidades*, n. 12, p. 43-63, 2013c.

BURNETT, Annahid. As raízes rurais da Feira da Sulanca no Agreste Pernambucano. *Revista Extensão Rural*, v.21, n. 4, p. 9-31, 2014a.

BURNETT, Annahid. A afirmação da *petite bourgeoisie* formada pelos pioneiros da *Sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe, PE. *Revista Latitude*, v. 8, n. 2, p. 237-254, 2014b.

BURNETT, Annahid. O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco. *Revista História Oral*, v. 17, n. 2, p. 153-171, jul./dez., 2014c.

BURNETT, Annahid. *Vozes da Sulanca*. Alemanha: Editora NEA, 2016.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; FILIPPI, Patrícia; LIMA, Solange Ferraz de. *Como tratar coleções de fotografias*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Boletim do Museu Nacional: Antropologia*, n. 27, p.1-12, 1978.

DILL, Aidê Campello. *História e Fotografia: fragmentos do passado*. Porto Alegre: Martis Livreiro Editor, 2009

FAGUNDES, Francisco *et al.* Memórias e trajetórias sociais de famílias faccionistas do agreste paraibano e pernambucano. *Revista Direitos, trabalho e política social*, v. 9, n. 16, p. 171-209, 2023.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MARX, Karl. *O Capital – Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

OLIVEIRA, Gildson. *Frei Damião: o santo das missões*. São Paulo: FTD, 1997.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.

SETTON, Maria da Graça. A moda como prática cultural em Pierre Bourdieu. *Revista de Moda, Cultura e Arte*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 119-141, 2008.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VILLA, Marco Antonio. *Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para*. São Paulo. Rio de Janeiro: Laya, 2017.

VILAÇA, Marcos Vinícios. *Em torno da sociologia do caminhão*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

Entrevistas

MARQUES, Inácio Antônio. *No começo não era sulanca, não, era mulambo*. Entrevistador: Oculto para fins de publicação. Santa Cruz do Capibaribe, 28 mar. 2013.

MARQUES, Gersina. *Era o tempo do pano na porta*. Entrevistador: Oculto para fins de publicação. Santa Cruz do Capibaribe, 29 mar. 2013.